

A IMPORTÂNCIA DO GPA (GRUPAMENTO DE PREVENÇÃO ATIVA) NO ESTADO DO PARÁ: POLÍTICAS DE PREVENÇÃO SOCIAL COMO ESTRATÉGIA DE REDUÇÃO DA VIOLÊNCIA EM ÁREAS DE RISCO

THE IMPORTANCE OF THE GPA (ACTIVE PREVENTION GROUP) IN THE STATE OF PARÁ: SOCIAL PREVENTION POLICIES AS A STRATEGY FOR REDUCING VIOLENCE IN HIGH-RISK AREAS

LA IMPORTANCIA DEL GPA (GRUPO DE PREVENCIÓN ACTIVA) EN EL ESTADO DE PARÁ: POLÍTICAS DE PREVENCIÓN SOCIAL COMO ESTRATEGIA PARA LA REDUCCIÓN DE LA VIOLENCIA EN ÁREAS DE RIESGO

Alexandre José de Oliveira Fernandes¹
Alcebíades Pereira da Silva Neto²
Ismael Washington Pinto de Melo³
Pedrina Oliveira de Sousa Aires⁴

RESUMO: A segurança pública contemporânea demanda estratégias que ultrapassem o modelo tradicional de enfrentamento da criminalidade, incorporando ações preventivas voltadas à promoção da cidadania, ao fortalecimento comunitário e à redução dos fatores de vulnerabilidade social. O estudo teve como objetivo analisar a importância do Grupamento de Prevenção Ativa (GPA) da Polícia Militar do Estado do Pará como política de prevenção social e estratégia de redução dos fatores associados à violência em contextos de vulnerabilidade social. A pesquisa adotou abordagem quali-quantitativa, natureza aplicada e objetivos exploratórios e descritivos, mediante revisão bibliográfica, pesquisa documental e aplicação de questionário fechado a policiais militares. Os resultados demonstraram percepção predominantemente favorável à atuação preventiva e comunitária do GPA, especialmente quanto à aproximação entre a Polícia Militar e a comunidade, ao fortalecimento do policiamento comunitário e à possibilidade de ampliação das ações. Também foram identificadas necessidades de aperfeiçoamento relacionadas à capacitação profissional, ao planejamento e à estrutura institucional. Conclui-se que o GPA possui relevante potencial preventivo e comunitário, mas seu fortalecimento requer capacitação continuada, ampliação planejada do efetivo, articulação intersetorial e avaliação sistemática das atividades.

Palavras-chave: Grupamento de Prevenção Ativa. Segurança pública. Prevenção social da violência. Policiamento comunitário. Cultura de paz.

¹ Graduado em Segurança Pública- UNITER. Pós-Graduado em Assistência Sociojurídica e Segurança Pública, FAVENI.

² Graduação - Tecnólogo em Segurança Pública - Universidade Estácio de São. Pós- Direito Penal - UNIFATECIE.

³ Cursando Tecnologia em Segurança Pública pela Faculdade: UNIFATECIE.

⁴ Pós Graduação em Educação Especial e Inclusiva, Faculdade Intercultural da Amazônia (FIAMA).

ABSTRACT: Contemporary public security requires strategies that go beyond traditional crime control by incorporating preventive actions aimed at promoting citizenship, strengthening communities, and reducing social vulnerability. This study analyzed the importance of the Active Prevention Group (GPA) of the Military Police of the State of Pará as a social prevention policy. A mixed qualitative and quantitative, applied, exploratory, and descriptive design was adopted, combining literature review, documentary research, and a closed-ended questionnaire administered to military police officers. The results revealed a predominantly favorable perception of the GPA's preventive and community role, particularly regarding closer relations between the Military Police and communities, the strengthening of community policing, and the potential expansion of its actions. Needs for improvement were also identified in professional training, planning, and institutional structure. The study concludes that the GPA has relevant preventive and community potential, but its institutional strengthening requires continuous training, planned personnel expansion, intersectoral coordination, and systematic evaluation.

Keywords: Active Prevention Group. Public security. Social prevention of violence. Community policing. Culture of peace.

RESUMEN: La seguridad pública contemporánea exige estrategias que superen el control tradicional del delito e incorporen acciones preventivas orientadas a promover la ciudadanía, fortalecer las comunidades y reducir la vulnerabilidad social. Este estudio analizó la importancia del Grupamiento de Prevención Activa (GPA) de la Policía Militar del Estado de Pará como política de prevención social. Se adoptó un diseño mixto cualitativo y cuantitativo, aplicado, exploratorio y descriptivo, combinando revisión bibliográfica, investigación documental y un cuestionario cerrado aplicado a policías militares. Los resultados revelaron una percepción predominantemente favorable sobre la función preventiva y comunitaria del GPA, especialmente en cuanto al acercamiento entre la Policía Militar y las comunidades, el fortalecimiento de la policía comunitaria y la posibilidad de ampliar sus acciones. También se identificaron necesidades de mejora relacionadas con la capacitación profesional, la planificación y la estructura institucional. Se concluye que el GPA posee relevante potencial preventivo y comunitario, pero su fortalecimiento requiere capacitación continua, ampliación planificada del personal, coordinación intersectorial y evaluación sistemática.

Palabras clave: Grupamiento de Prevención Activa. Seguridad pública. Prevención social de la violencia. Policía comunitaria. Cultura de paz.

INTRODUÇÃO

A segurança pública constitui um dos maiores desafios enfrentados pela sociedade brasileira na atualidade, especialmente diante do crescimento da violência urbana, da criminalidade organizada e das diversas situações de vulnerabilidade social presentes nas comunidades. A Constituição da República Federativa do Brasil estabelece que a segurança pública é dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, devendo ser exercida para a

preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio (BRASIL, 1988). Entretanto, o aumento dos índices de violência demonstra que as estratégias fundamentadas exclusivamente na repressão policial, embora indispensáveis, não são suficientes para enfrentar as múltiplas causas que favorecem a criminalidade (SOARES, 2021).

Nesse contexto, as políticas públicas de prevenção social passaram a ocupar posição de destaque nas discussões sobre segurança pública por atuarem diretamente sobre os fatores de risco que contribuem para o envolvimento de crianças, adolescentes e jovens em práticas delituosas. A prevenção social da violência busca fortalecer mecanismos de proteção, ampliar o acesso aos direitos fundamentais, promover a inclusão social e incentivar a participação comunitária na construção de uma sociedade mais segura, consolidando uma concepção de segurança cidadã baseada na integração entre Estado e sociedade (SECCHI, 2013; MINAYO, 2021). Para Cano (2020), a prevenção social consiste em um conjunto de políticas capazes de reduzir fatores de vulnerabilidade relacionados à criminalidade, priorizando ações voltadas para educação, fortalecimento comunitário, inclusão social e proteção de grupos mais expostos à violência.

No Estado do Pará, a Polícia Militar tem ampliado sua atuação preventiva por meio de programas e projetos voltados ao fortalecimento da cidadania e da aproximação com a comunidade. Entre essas iniciativas destaca-se o Grupamento de Prevenção Ativa (GPA), unidade especializada que desenvolve ações educativas, preventivas e comunitárias destinadas principalmente a crianças, adolescentes, famílias e comunidades em situação de vulnerabilidade social. Sua atuação ultrapassa o modelo tradicional de policiamento ostensivo, buscando promover atividades voltadas para a prevenção ao uso de drogas, o enfrentamento da violência escolar, a valorização dos direitos humanos, a cultura de paz, a resolução pacífica de conflitos, o fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários e a conscientização sobre cidadania e responsabilidade social, em consonância com as diretrizes de policiamento comunitário adotadas pela Polícia Militar do Estado do Pará (PARÁ, 2023).

A filosofia que orienta o trabalho desenvolvido pelo GPA encontra respaldo nos princípios do policiamento comunitário, modelo de atuação policial que privilegia a aproximação entre a instituição policial e a população, estimulando a construção de relações de confiança, cooperação e corresponsabilidade na identificação e resolução dos problemas relacionados à segurança pública. Segundo Trojanowicz e Bucqueroux (1994), o policiamento

comunitário representa uma filosofia organizacional baseada na parceria entre polícia e comunidade para prevenção da criminalidade e melhoria da qualidade de vida. Da mesma forma, Skolnick e Bayley (2006) defendem que a participação comunitária fortalece a legitimidade das instituições policiais e amplia a eficiência das ações preventivas. Nessa perspectiva, o policial militar deixa de atuar exclusivamente como agente de repressão para assumir também a função de educador, orientador social e facilitador da construção da cultura de paz, contribuindo para o fortalecimento das redes de proteção social e para a prevenção da violência antes que ela se manifeste.

Apesar da relevância das atividades desenvolvidas pelo Grupamento de Prevenção Ativa, observa-se que ainda são limitados os estudos científicos voltados especificamente à análise de sua atuação no Estado do Pará e de sua contribuição para a prevenção da violência em áreas de maior vulnerabilidade social. A produção acadêmica relacionada às ações preventivas da Polícia Militar permanece reduzida quando comparada aos estudos direcionados às estratégias repressivas, tornando necessária a ampliação das pesquisas que evidenciem a importância das políticas de prevenção social como estratégia complementar às ações tradicionais de policiamento ostensivo (BAYLEY, 2006; SOARES, 2021).

Diante desse contexto, surge o seguinte problema de pesquisa: de que maneira as ações desenvolvidas pelo Grupamento de Prevenção Ativa da Polícia Militar do Pará contribuem para a prevenção social da violência e para a redução dos fatores de risco associados à criminalidade em comunidades socialmente vulneráveis?

A realização deste estudo justifica-se, inicialmente, por sua relevância social, considerando que a prevenção da violência representa uma das principais demandas da sociedade contemporânea, especialmente em localidades marcadas por elevados índices de criminalidade e exclusão social (MINAYO, 2021). Sob o aspecto científico, a pesquisa busca contribuir para a ampliação da produção acadêmica acerca das políticas de prevenção social da violência, do policiamento comunitário e da atuação preventiva da Polícia Militar do Pará, temas ainda pouco explorados na literatura nacional e regional. Do ponto de vista institucional, o estudo poderá oferecer subsídios para o fortalecimento e aperfeiçoamento das ações desenvolvidas pelo GPA, demonstrando sua importância como instrumento de promoção da cidadania, fortalecimento das redes comunitárias e redução dos fatores de vulnerabilidade social.

Nesse sentido, o presente artigo tem como objetivo geral analisar a importância do Grupamento de Prevenção Ativa da Polícia Militar do Pará como política de prevenção social e estratégia de redução da violência em áreas de risco. Para alcançar esse propósito, foram definidos como objetivos específicos contextualizar os fundamentos da prevenção social da violência e sua relação com as políticas contemporâneas de segurança pública; apresentar a estrutura organizacional, a missão institucional e as principais ações desenvolvidas pelo GPA; analisar as contribuições das atividades preventivas realizadas pelo grupamento para o fortalecimento da cidadania, da cultura de paz e da aproximação entre polícia e comunidade; identificar os principais desafios enfrentados pelo GPA na execução de suas atividades; e discutir a importância da prevenção primária como instrumento complementar às ações tradicionais de policiamento ostensivo.

Quanto aos aspectos metodológicos, a pesquisa caracteriza-se como quali-quantitativa, de natureza aplicada e objetivos descritivos e exploratórios. Foram combinadas revisão bibliográfica, pesquisa documental e pesquisa de campo, mediante aplicação de questionário estruturado com perguntas fechadas a 12 policiais militares da Polícia Militar do Estado do Pará. A dimensão qualitativa concentrou-se na interpretação crítica das fontes e no diálogo com a literatura; a dimensão quantitativa consistiu na apuração de frequências absolutas e percentuais das respostas ao questionário, sem emprego de testes inferenciais.

MÉTODOS

A pesquisa foi desenvolvida com abordagem quali-quantitativa. A dimensão qualitativa possibilitou interpretar os fundamentos institucionais, sociais e comunitários relacionados à prevenção da violência e à atuação do Grupamento de Prevenção Ativa (GPA). A dimensão quantitativa permitiu descrever a percepção dos participantes mediante frequências absolutas e relativas das respostas às questões fechadas. A integração dessas duas dimensões favoreceu a comparação entre os fundamentos encontrados na literatura e a avaliação manifestada pelos policiais militares.

Quanto à natureza, a pesquisa caracteriza-se como aplicada, pois pretende produzir conhecimentos capazes de contribuir para o aperfeiçoamento das políticas públicas de segurança e das ações preventivas desenvolvidas pela Polícia Militar do Estado do Pará. De acordo com Prodanov e Freitas (2013), a pesquisa aplicada tem como finalidade gerar conhecimentos

voltados à solução de problemas concretos, proporcionando benefícios para instituições e para a sociedade.

Em relação aos objetivos, o estudo classifica-se como exploratório e descritivo. É exploratório por abordar objeto ainda pouco examinado na produção científica regional e descritivo porque apresenta características institucionais do GPA e sistematiza a percepção dos policiais participantes. Conforme Gil (2019), a pesquisa exploratória amplia a familiaridade com o problema, enquanto a descrição organizada dos dados permite reconhecer tendências sem estabelecer relações causais.

Quanto aos procedimentos técnicos, foram utilizadas pesquisa bibliográfica, documental e de campo. A pesquisa bibliográfica reuniu livros, artigos científicos e trabalhos acadêmicos sobre segurança pública, prevenção social da violência, policiamento comunitário, cultura de paz, políticas públicas e cidadania. A pesquisa documental contemplou legislações e documentos institucionais relacionados à Polícia Militar do Estado do Pará e ao GPA. A etapa de campo consistiu na aplicação de questionário eletrônico estruturado.

O questionário, intitulado "Percepção dos Policiais Militares sobre o Grupamento de Prevenção Ativa (GPA)", foi respondido por 12 policiais militares. O instrumento continha uma questão de caracterização referente ao tempo de serviço e 13 perguntas fechadas sobre conhecimento da missão, aproximação comunitária, prevenção da violência, sensação de segurança, planejamento, fortalecimento do policiamento comunitário, adequação das técnicas, efetivo, capacitação, imagem institucional, redução de intervenções repressivas, expansão territorial e importância do GPA.

A coleta foi realizada por meio do Google Formulários e consolidada em agosto de 2026. A amostra foi não probabilística e por acessibilidade, formada pelos policiais que responderam ao instrumento disponibilizado. Dos 12 participantes, nove possuíam entre 11 e 20 anos de serviço, dois tinham mais de 20 anos e um possuía entre seis e dez anos, indicando predominância de profissionais experientes.

As respostas foram organizadas em planilha e submetidas à estatística descritiva simples, com cálculo de frequências absolutas e percentuais. Como o número de participantes foi igual a 12, cada resposta correspondeu a aproximadamente 8,3% da amostra. Não foram aplicados testes estatísticos inferenciais, e os resultados expressam apenas a percepção do grupo consultado, não podendo ser generalizados automaticamente a todo o efetivo da PMPA.

Na análise qualitativa, as informações bibliográficas e documentais foram organizadas nas categorias prevenção social da violência, policiamento comunitário, cidadania, cultura de paz, articulação intersetorial e desafios institucionais. Conforme Bardin (2016), a análise de conteúdo permite sistematizar informações e identificar sentidos relevantes ao objeto pesquisado. Os achados do questionário foram discutidos à luz dessas categorias e dos referenciais teóricos selecionados.

Foram preservados o sigilo e a privacidade dos participantes na apresentação dos resultados. Os endereços eletrônicos registrados pela plataforma não foram utilizados como variáveis de análise nem divulgados, e todas as respostas foram apresentadas de forma agregada, sem identificação individual. Por envolver participantes humanos, a pesquisa deve observar as exigências éticas e institucionais aplicáveis, especialmente as disposições da Resolução nº 510, de 7 de abril de 2016, do Conselho Nacional de Saúde.

A combinação das fontes teóricas, dos documentos institucionais e das respostas ao questionário possibilitou examinar tanto a configuração geral do GPA quanto a percepção dos policiais sobre suas contribuições e necessidades de aperfeiçoamento. Essa triangulação metodológica fortaleceu a discussão, embora a amostra reduzida e não probabilística imponha limites à generalização dos resultados.

Na redação científica, foram observadas a fidelidade às fontes consultadas, a proteção dos dados dos participantes e a apresentação transparente dos procedimentos adotados. As respostas individuais permaneceram dissociadas da identificação dos respondentes no tratamento e na divulgação dos resultados.

A metodologia adotada mostrou-se adequada aos objetivos propostos por reunir fundamentos teóricos e institucionais e acrescentar evidências descritivas sobre a percepção de 12 policiais militares. O estudo mantém escopo estadual e institucional, sem restringir a análise a um batalhão ou território específico.

REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Segurança pública e prevenção social da violência

A segurança pública constitui um direito fundamental assegurado pela Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, sendo definida como dever do Estado, direito e

responsabilidade de todos, exercida com a finalidade de preservar a ordem pública e a incolumidade das pessoas e do patrimônio (BRASIL, 1988). Essa concepção constitucional demonstra que a promoção da segurança não se restringe à atuação das instituições policiais, mas depende da participação integrada do poder público e da sociedade na implementação de políticas capazes de prevenir a violência e fortalecer a cidadania.

Durante muitos anos, as políticas de segurança pública no Brasil foram estruturadas sob uma perspectiva predominantemente repressiva, concentrando esforços no combate direto à criminalidade por meio das ações ostensivas e investigativas. Entretanto, o crescimento da violência urbana e a persistência dos elevados índices de criminalidade evidenciaram que a repressão, isoladamente, não seria suficiente para enfrentar um fenômeno complexo, marcado por fatores econômicos, sociais, culturais e institucionais (SOARES, 2021).

Nesse contexto, consolidou-se a compreensão de que a prevenção social representa elemento essencial para a construção de políticas públicas de segurança mais eficientes. Para Cano (2020), a prevenção social consiste na adoção de políticas capazes de reduzir fatores de risco associados ao surgimento da violência, atuando principalmente sobre situações de exclusão social, evasão escolar, desemprego, vulnerabilidade familiar e ausência de oportunidades para crianças e adolescentes.

Corroborando essa perspectiva, Minayo (2021) afirma que a violência deve ser compreendida como um fenômeno multifatorial, cuja origem está relacionada às desigualdades sociais, à pobreza, à exclusão, à fragilidade das instituições e às diversas formas de violação de direitos. Dessa forma, políticas públicas voltadas para educação, assistência social, cultura, esporte, lazer e fortalecimento familiar tornam-se importantes mecanismos de prevenção da violência.

A teoria da violência estrutural proposta por Galtung (1969; 1996) também contribui para essa compreensão ao defender que a violência não se manifesta apenas por agressões físicas, mas também pelas desigualdades existentes na organização da sociedade, que limitam oportunidades e produzem exclusão social. Segundo o autor, quanto maiores forem as desigualdades sociais e menores as oportunidades oferecidas à população, maiores serão os riscos de surgimento de conflitos e comportamentos violentos.

Nesse cenário, as políticas de prevenção social passaram a integrar as estratégias contemporâneas de segurança pública em diversos países. Para Cerqueira (2021), investimentos

em programas preventivos voltados à infância, adolescência e fortalecimento comunitário apresentam maior capacidade de reduzir a violência em médio e longo prazo quando comparados à adoção exclusiva de medidas repressivas.

A criação do Sistema Único de Segurança Pública (SUSP), instituído pela Lei nº 13.675/2018, consolidou essa nova perspectiva ao estabelecer que as políticas de segurança devem contemplar ações integradas de prevenção da violência, promoção dos direitos humanos e fortalecimento da cidadania (BRASIL, 2018). Dessa forma, as instituições policiais passaram a desempenhar funções que ultrapassam o enfrentamento direto da criminalidade, assumindo papel relevante na promoção de ações educativas e comunitárias.

Segundo Bayley (2006), o sucesso das políticas modernas de segurança pública depende da capacidade das instituições policiais de estabelecer relações permanentes de confiança com a população. O autor destaca que o policiamento contemporâneo deve estar orientado para a resolução de problemas sociais, atuando preventivamente antes da ocorrência dos delitos. Essa concepção também é compartilhada por Skolnick e Bayley (2006), ao afirmarem que o fortalecimento das relações entre polícia e comunidade favorece o aumento da legitimidade institucional, amplia a participação popular e contribui para a redução dos conflitos sociais.

Dessa maneira, observa-se que a prevenção social passou a ocupar posição estratégica nas políticas públicas de segurança, tornando-se elemento indispensável para a construção de uma sociedade mais segura, democrática e comprometida com a promoção dos direitos fundamentais.

9

2.2 Policiamento comunitário como estratégia de prevenção

O policiamento comunitário surgiu como uma importante alternativa ao modelo tradicional de atuação policial, fundamentando-se na aproximação entre polícia e sociedade como estratégia para prevenção da violência e fortalecimento da segurança cidadã. Diferentemente do modelo exclusivamente reativo, essa filosofia prioriza o diálogo, a participação social e a resolução conjunta dos problemas que afetam a comunidade.

Segundo Trojanowicz e Bucqueroux (1994), o policiamento comunitário consiste em uma filosofia organizacional baseada na parceria permanente entre polícia e comunidade para identificar, priorizar e solucionar problemas relacionados à criminalidade, ao medo do crime e

à desordem social. Para os autores, essa aproximação fortalece a confiança da população nas instituições policiais e amplia a legitimidade das ações desenvolvidas.

Goldstein (1990), ao desenvolver o conceito de Policiamento Orientado para a Solução de Problemas (Problem-Oriented Policing), defende que a atuação policial deve concentrar-se na identificação das causas dos conflitos e não apenas na resposta aos seus efeitos. Segundo o autor, compreender os fatores sociais que favorecem a violência permite desenvolver estratégias preventivas mais eficientes.

No Brasil, essa filosofia ganhou maior relevância a partir da Constituição Federal de 1988 e foi fortalecida pela Política Nacional de Segurança Pública e Defesa Social e pelo Sistema Único de Segurança Pública, que incentivam a integração entre instituições policiais, órgãos governamentais e sociedade civil (BRASIL, 2018).

De acordo com Saporì (2016), o policiamento comunitário promove maior eficiência das ações policiais ao permitir que as demandas da população sejam conhecidas diretamente pelos profissionais de segurança, favorecendo soluções construídas coletivamente.

Nesse contexto, programas preventivos desenvolvidos pelas Polícias Militares brasileiras passaram a incorporar atividades educativas, sociais e comunitárias voltadas especialmente para crianças, adolescentes e famílias residentes em áreas de maior vulnerabilidade social, consolidando a prevenção primária como importante estratégia de fortalecimento da segurança pública.

10

2.3 O grupamento de prevenção ativa (gpa) da polícia militar do pará

A Polícia Militar do Estado do Pará vem ampliando, nos últimos anos, sua atuação preventiva por meio da implementação de programas sociais voltados à aproximação com a comunidade e à promoção da cultura de paz. Entre essas iniciativas destaca-se o Grupamento de Prevenção Ativa (GPA), unidade especializada que desenvolve ações de prevenção primária direcionadas principalmente a crianças, adolescentes, famílias e comunidades socialmente vulneráveis.

O GPA integra a estrutura organizacional da Polícia Militar do Pará e fundamenta sua atuação nos princípios do policiamento comunitário, da prevenção social da violência e da proteção integral da infância e da juventude. Suas atividades buscam fortalecer a cidadania,

ampliar a confiança da população na instituição policial e contribuir para a redução dos fatores de risco associados à criminalidade.

Segundo documentos institucionais da Polícia Militar do Pará (PARÁ, 2023), o GPA atua por meio de ações educativas, palestras preventivas, visitas técnicas, campanhas comunitárias, oficinas socioeducativas e articulação com órgãos da rede de proteção social. Essas atividades são desenvolvidas em escolas públicas, associações comunitárias, Usinas da Paz, organizações sociais e demais espaços de convivência coletiva.

Entre os principais objetivos do GPA destacam-se a prevenção ao uso de drogas, o enfrentamento ao bullying, a prevenção da violência escolar, a mediação de conflitos, a valorização dos direitos humanos, o fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários e a promoção da cultura de paz. Essas iniciativas evidenciam a preocupação institucional em atuar antes da ocorrência do delito, reduzindo fatores de vulnerabilidade social que favorecem o ingresso de jovens na criminalidade.

Além das ações educativas, o GPA realiza visitas comunitárias e técnicas em bairros considerados prioritários, estabelecendo diálogo permanente com lideranças comunitárias, gestores escolares e representantes das redes de proteção social. Essas visitas permitem identificar demandas locais, conhecer fatores de risco e planejar estratégias integradas de policiamento preventivo, fortalecendo a atuação da Polícia Militar junto às comunidades.

11

Outro aspecto relevante refere-se ao desenvolvimento de campanhas solidárias, atividades recreativas, ações esportivas e eventos voltados ao fortalecimento da cidadania, buscando aproximar a corporação da população e consolidar uma imagem institucional baseada na confiança, na cooperação e no compromisso social.

Segundo Cerqueira (2021), programas preventivos voltados à infância e à adolescência apresentam significativo potencial de redução dos índices de violência ao fortalecer fatores de proteção social, estimular o desenvolvimento de habilidades socioemocionais e ampliar oportunidades educacionais. Sob essa perspectiva, a atuação do GPA demonstra alinhamento com as modernas diretrizes de prevenção da violência, que reconhecem a importância da atuação integrada entre segurança pública, educação, assistência social, saúde e participação comunitária.

2.4 O GPA como estratégia de prevenção primária da violência

A prevenção primária caracteriza-se pela adoção de medidas voltadas à eliminação ou redução dos fatores que favorecem o surgimento da violência antes da ocorrência do delito. Segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS, 2022), investimentos em programas preventivos direcionados à infância e à adolescência constituem uma das estratégias mais eficazes para redução da criminalidade em médio e longo prazo.

Nesse contexto, o GPA desempenha importante função social ao desenvolver atividades educativas voltadas à permanência escolar, fortalecimento familiar, desenvolvimento de habilidades socioemocionais, incentivo ao protagonismo juvenil, prevenção ao uso de drogas e promoção da cultura de paz.

Para Bronfenbrenner (2011), o desenvolvimento humano é resultado da interação entre indivíduo, família, escola e comunidade, razão pela qual programas preventivos devem fortalecer simultaneamente todos esses ambientes. Essa concepção encontra correspondência nas ações desenvolvidas pelo GPA, que busca integrar instituições públicas, famílias e comunidade na construção de ambientes mais seguros.

Conforme afirma Soares (2021), a prevenção da violência depende da articulação entre políticas públicas e da atuação conjunta das instituições responsáveis pela proteção social. Assim, a Polícia Militar, por meio do GPA, passa a desempenhar papel estratégico na construção de redes comunitárias de prevenção, contribuindo para reduzir situações de vulnerabilidade social e fortalecer a cidadania.

Dessa forma, observa-se que o Grupamento de Prevenção Ativa representa importante instrumento de prevenção primária da violência no Estado do Pará, reforçando a atuação da Polícia Militar como promotora da cidadania, dos direitos humanos e da cultura de paz, em consonância com os princípios constitucionais da segurança pública e com as diretrizes contemporâneas do policiamento comunitário.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados foram organizados a partir da articulação entre a pesquisa bibliográfica e documental e o questionário respondido por 12 policiais militares. O perfil funcional revelou

experiência profissional elevada: nove participantes (75,0%) possuíam entre 11 e 20 anos de serviço, dois (16,7%) tinham mais de 20 anos e um (8,3%) possuía entre seis e dez anos.

A Tabela 1 apresenta integralmente as 13 perguntas do instrumento e a distribuição das respostas. Os percentuais foram calculados sobre o total de 12 participantes e arredondados para uma casa decimal.

Tabela 1 – Percepção dos policiais militares sobre o GPA (n = 12)

PERGUNTA	DISTRIBUIÇÃO DAS RESPOSTAS
1. Você conhece a missão e os objetivos do GPA?	Sim: 8 (66,7%); parcialmente: 2 (16,7%); não: 2 (16,7%).
2. O GPA contribui para aproximar a Polícia Militar da comunidade?	Concordo totalmente: 7 (58,3%); concordo: 3 (25,0%); neutro: 2 (16,7%).
3. As ações do GPA auxiliam na prevenção da violência antes da ocorrência do crime?	Concordo totalmente: 5 (41,7%); concordo: 5 (41,7%); neutro: 2 (16,7%).
4. O policiamento preventivo do GPA aumenta a sensação de segurança da população?	Concordo totalmente: 5 (41,7%); concordo: 4 (33,3%); neutro: 3 (25,0%).
5. O planejamento das ações preventivas do GPA é eficiente?	Muito eficiente: 4 (33,3%); eficiente: 2 (16,7%); regular: 4 (33,3%); pouco eficiente: 1 (8,3%); ineficiente: 1 (8,3%).
6. O GPA fortalece o policiamento comunitário na PMPA?	Sim: 9 (75,0%); parcialmente: 2 (16,7%); não: 1 (8,3%).
7. As técnicas preventivas empregadas pelo GPA são adequadas para reduzir conflitos sociais?	Sempre: 3 (25,0%); frequentemente: 3 (25,0%); às vezes: 6 (50,0%).
8. Você considera importante ampliar o efetivo destinado ao GPA?	Sim: 10 (83,3%); não sabe opinar: 2 (16,7%).
9. As capacitações oferecidas são suficientes para a atuação no GPA?	Sim: 1 (8,3%); parcialmente: 10 (83,3%); não: 1 (8,3%).

PERGUNTA	DISTRIBUIÇÃO DAS RESPOSTAS
10. O GPA contribui para melhorar a imagem institucional da Polícia Militar perante a sociedade?	Concordo totalmente: 5 (41,7%); concordo: 4 (33,3%); neutro: 2 (16,7%); discordo totalmente: 1 (8,3%).
11. As ações educativas e preventivas do GPA reduzem a necessidade de intervenções repressivas?	Concordo totalmente: 3 (25,0%); concordo: 5 (41,7%); neutro: 3 (25,0%); discordo totalmente: 1 (8,3%).
12. Você recomendaria a ampliação das ações do GPA para outras áreas do Estado?	Sim: 10 (83,3%); talvez: 1 (8,3%); não: 1 (8,3%).
13. Em escala de 1 a 5, como você avalia a importância do GPA para a segurança pública?	Muito alta (5): 4 (33,3%); alta (4): 3 (25,0%); média (3): 4 (33,3%); muito baixa (1): 1 (8,3%). Média: 3,75.

Fonte: Dados da pesquisa (2026).

Os dados evidenciaram percepção predominantemente positiva sobre a função comunitária e preventiva do GPA. Na questão sobre aproximação entre Polícia Militar e comunidade, dez participantes (83,3%) concordaram ou concordaram totalmente. A mesma proporção reconheceu que as ações auxiliam na prevenção antes da ocorrência do crime. Esses achados dialogam com Trojanowicz e Bucqueroux (1994), para quem a parceria permanente entre polícia e comunidade constitui elemento central do policiamento comunitário.

Quanto à sensação de segurança, nove policiais (75,0%) concordaram ou concordaram totalmente que o policiamento preventivo do GPA produz esse efeito, enquanto três (25,0%) adotaram posição neutra. Em relação à imagem institucional, nove participantes (75,0%) apresentaram concordância, dois (16,7%) mantiveram-se neutros e um (8,3%) discordou totalmente. Os resultados sugerem reconhecimento do potencial de aproximação e legitimação institucional, mas também indicam que esses efeitos não são percebidos de maneira uniforme.

O fortalecimento do policiamento comunitário foi reconhecido por nove participantes (75,0%); dois (16,7%) responderam parcialmente e um (8,3%) respondeu negativamente. Nas técnicas preventivas voltadas à redução de conflitos, três (25,0%) responderam "sempre", três (25,0%) "frequentemente" e seis (50,0%) "às vezes". Embora não tenham ocorrido respostas

"raramente" ou "nunca", a concentração em "às vezes" sinaliza espaço para aperfeiçoar procedimentos e padronizar práticas.

A avaliação do planejamento apresentou maior dispersão: quatro participantes (33,3%) o classificaram como muito eficiente; dois (16,7%), eficiente; quatro (33,3%), regular; um (8,3%), pouco eficiente; e um (8,3%), ineficiente. Assim, metade da amostra o avaliou positivamente, enquanto a outra metade identificou desempenho regular ou insuficiente. Esse resultado reforça a necessidade de planejamento orientado por diagnósticos locais, metas e mecanismos de acompanhamento.

O principal ponto crítico referiu-se à capacitação: dez policiais (83,3%) consideraram as capacitações apenas parcialmente suficientes; um (8,3%) respondeu que eram suficientes e um (8,3%) que não eram suficientes. A predominância dessa resposta revela demanda por formação continuada e conteúdos alinhados às situações concretas enfrentadas pelo GPA, especialmente em mediação de conflitos, atuação intersetorial, abordagem comunitária e avaliação de projetos preventivos.

Também se observou forte apoio ao fortalecimento estrutural do grupamento. Dez participantes (83,3%) consideraram importante ampliar o efetivo, enquanto dois (16,7%) não souberam opinar. Da mesma forma, dez (83,3%) recomendaram a ampliação das ações para outras áreas do Estado, um (8,3%) respondeu "talvez" e um (8,3%) respondeu negativamente. Os dados sustentam a percepção de relevância institucional, mas a expansão deve ser planejada para preservar a qualidade e a continuidade das atividades.

Sobre a possibilidade de as ações educativas reduzirem a necessidade de intervenções repressivas, oito participantes (66,7%) concordaram ou concordaram totalmente, três (25,0%) permaneceram neutros e um (8,3%) discordou totalmente. O achado é compatível com a natureza complementar da prevenção primária: o GPA não substitui o policiamento ostensivo ou os serviços especializados, mas pode atuar antecipadamente sobre fatores de risco e conflitos comunitários (CANO, 2020; SOARES, 2021).

A importância geral do GPA alcançou média de 3,75 em escala de um a cinco. Quatro policiais (33,3%) atribuíram importância muito alta, três (25,0%) alta, quatro (33,3%) média e um (8,3%) muito baixa. Portanto, sete participantes (58,3%) situaram o GPA nos níveis alto ou muito alto. Embora favoráveis, os resultados devem ser interpretados como percepção de uma

amostra pequena e não probabilística, não como comprovação causal de redução da criminalidade.

A atuação voltada a crianças e adolescentes mostrou-se especialmente relevante, porque escola, família e comunidade constituem ambientes decisivos para o desenvolvimento humano. As iniciativas de prevenção ao uso de drogas, ao bullying, à violência escolar e a outras situações de risco podem favorecer a permanência escolar, o protagonismo juvenil, o fortalecimento de vínculos e a cultura de paz. Essa perspectiva encontra fundamento na abordagem bioecológica, segundo a qual o desenvolvimento resulta da interação entre o indivíduo e os diferentes contextos em que está inserido (BRONFENBRENNER, 2011).

No eixo da aproximação comunitária, os documentos analisados indicam que o GPA amplia a presença preventiva da Polícia Militar em escolas, associações, equipamentos públicos, organizações sociais e espaços comunitários. O contato continuado favorece a identificação de demandas locais e a construção conjunta de respostas, aproximando-se da filosofia de policiamento comunitário defendida por Trojanowicz e Bucqueroux (1994), baseada na parceria permanente entre polícia e população.

Essa aproximação também contribui para a legitimidade institucional, pois permite que a comunidade reconheça o policial militar não apenas como agente de resposta às ocorrências, mas como profissional capaz de orientar, mediar, articular serviços e apoiar iniciativas de proteção social. De acordo com Skolnick e Bayley (2006), relações de confiança e participação comunitária ampliam a efetividade das ações policiais e fortalecem a corresponsabilidade na solução dos problemas de segurança.

Quanto à articulação intersetorial, observou-se que a complexidade da violência exige cooperação entre segurança pública, educação, saúde, assistência social, sistema de justiça, organizações da sociedade civil e lideranças comunitárias. O GPA pode atuar como elo dessa rede ao identificar vulnerabilidades, promover orientações e realizar encaminhamentos responsáveis, respeitando as atribuições dos serviços especializados. Essa atuação integrada evita respostas fragmentadas e amplia o alcance das medidas preventivas (MINAYO, 2006; SOARES, 2021).

A pesquisa também indicou que a atuação do GPA deve ser adaptada às particularidades de cada território. O Pará apresenta diversidade geográfica, social e cultural, o que impede a adoção de um único modelo operacional para todas as comunidades. Diagnósticos locais, escuta

comunitária e planejamento conjunto são necessários para definir públicos prioritários, conteúdos, parcerias e formas de acompanhamento sem reduzir o GPA à experiência de um batalhão específico.

Entre os desafios institucionais identificados destacam-se a necessidade de efetivo compatível, recursos materiais e logísticos, capacitação continuada, expansão territorial planejada e maior sistematização dos registros das ações. A continuidade dos projetos também depende de fluxos estáveis de cooperação com a rede de proteção e de diretrizes institucionais que preservem a identidade preventiva do grupamento.

Outro desafio consiste em aperfeiçoar a avaliação das atividades. A efetividade do GPA não deve ser medida exclusivamente pela variação do número de ocorrências policiais, pois os registros criminais são influenciados por múltiplos fatores e o aumento das denúncias pode refletir maior acesso à informação e confiança institucional. Indicadores como ações realizadas, pessoas alcançadas, territórios atendidos, parcerias estabelecidas, encaminhamentos efetuados, continuidade dos projetos e percepção dos participantes podem oferecer avaliação mais coerente com a natureza preventiva do trabalho.

De forma geral, os resultados confirmam que o GPA representa estratégia relevante de prevenção social da violência e fortalecimento do policiamento comunitário no Estado do Pará. Todavia, por se tratar de pesquisa bibliográfica e documental, as conclusões dizem respeito às potencialidades, características e condições institucionais identificadas nas fontes, não à comprovação estatística de redução da criminalidade. A produção de evidências sobre impactos concretos exige estudos de campo e séries de indicadores comparáveis.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo permitiu compreender a importância do Grupamento de Prevenção Ativa da Polícia Militar do Pará mediante a integração de referências teóricas, documentos institucionais e respostas de 12 policiais militares. A violência constitui fenômeno complexo e multifatorial; por isso, sua prevenção exige intervenções antecipadas, articulação intersetorial e estratégias adaptadas às diferentes realidades comunitárias.

Em resposta ao problema de pesquisa, os achados indicaram percepção majoritariamente favorável às contribuições do GPA. Dez participantes reconheceram sua capacidade de aproximar polícia e comunidade e de auxiliar na prevenção antes da ocorrência do crime. Nove

consideraram que o grupamento fortalece o policiamento comunitário, e dez defenderam a ampliação do efetivo e recomendaram a expansão das ações.

A pesquisa também revelou aspectos que necessitam de aperfeiçoamento. A capacitação foi considerada apenas parcialmente suficiente por dez policiais, e a avaliação do planejamento ficou dividida entre respostas positivas e regulares ou negativas. Esses resultados indicam que a expansão institucional deve ser acompanhada por formação continuada, padronização de procedimentos, recursos adequados e mecanismos permanentes de monitoramento.

A atuação do GPA permanece alinhada aos princípios do policiamento comunitário ao priorizar diálogo, cooperação e construção compartilhada de soluções. O grupamento não substitui o policiamento ostensivo, a investigação criminal nem os serviços especializados; sua contribuição situa-se principalmente na prevenção primária, na orientação e no fortalecimento das redes de proteção.

As iniciativas direcionadas a crianças, adolescentes, famílias, escolas e comunidades ocupam posição estratégica. Ações sobre cidadania, prevenção ao uso de drogas, bullying, violência escolar, direitos humanos e resolução pacífica de conflitos podem fortalecer fatores de proteção e ampliar a presença preventiva do Estado.

A efetividade do GPA depende igualmente da cooperação com educação, saúde, assistência social, sistema de justiça, organizações da sociedade civil e lideranças comunitárias. A atuação intersetorial permite ampliar o alcance das intervenções e realizar encaminhamentos compatíveis com as atribuições de cada serviço.

A avaliação das ações deve combinar indicadores quantitativos e qualitativos, incluindo número de atividades e participantes, territórios atendidos, parcerias, encaminhamentos, continuidade das ações, satisfação dos participantes e percepção de segurança. A redução de ocorrências, isoladamente, não é suficiente para mensurar resultados preventivos.

Como limitações, destacam-se a amostra de apenas 12 policiais, a seleção não probabilística, o uso exclusivo de perguntas fechadas e a ausência de comparação entre unidades, municípios ou períodos. Por essas razões, os percentuais não devem ser generalizados para todo o efetivo da PMPA nem interpretados como evidência causal de impacto sobre a criminalidade.

Para pesquisas futuras, recomenda-se ampliar a amostra, incluir participantes de diferentes regiões do Estado, aplicar entrevistas ou questões abertas e incorporar a percepção

das comunidades atendidas. Estudos longitudinais e indicadores padronizados também poderão produzir evidências mais consistentes sobre alcance, qualidade e resultados das intervenções.

Conclui-se que o GPA possui relevante potencial para fortalecer a segurança pública cidadã no Pará. A percepção favorável dos participantes reforça sua importância institucional, enquanto as críticas à capacitação e ao planejamento apontam prioridades concretas de aperfeiçoamento.

O fortalecimento do GPA requer investimento institucional, capacitação profissional continuada, ampliação planejada do efetivo, integração com a rede de proteção e sistematização dos dados produzidos. Essas medidas podem ampliar a capacidade preventiva da Polícia Militar e favorecer uma atuação mais próxima, humanizada e comprometida com a cultura de paz.

Em síntese, o GPA deve ser compreendido em sua dimensão institucional e estadual, respeitando as particularidades de cada localidade e sem limitar sua relevância à realidade de um único batalhão. A combinação entre fundamentos teóricos e percepção profissional oferece base para seu aperfeiçoamento, sem afastar a necessidade de investigações mais amplas.

REFERÊNCIAS

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2016.

BAYLEY, David H. **Padrões de policiamento: uma análise comparativa internacional**. 2. ed. São Paulo: Edusp, 2006.

BRASIL. Conselho Nacional de Saúde. **Resolução nº 510, de 7 de abril de 2016. Dispõe sobre as normas aplicáveis a pesquisas em Ciências Humanas e Sociais**. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, n. 98, p. 44-46, 24 maio 2016.

BRASIL. **Constituição (1988)**. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Presidência da República, 1988.

BRASIL. **Lei nº 13.675, de 11 de junho de 2018**. Institui o Sistema Único de Segurança Pública (SUSP) e cria a Política Nacional de Segurança Pública e Defesa Social (PNSPDS). Diário Oficial da União: Brasília, DF, 12 jun. 2018.

BRONFENBRENNER, Urie. **Bioecologia do desenvolvimento humano: tornando os seres humanos mais humanos**. Porto Alegre: Artmed, 2011.

CANO, Ignacio. **Políticas de segurança pública no Brasil: tentativas de modernização e democratização versus a guerra contra o crime**. Revista Sur, São Paulo, v. 3, n. 5, p. 136-155, 2020.

CANO, Ignacio. **Segurança pública e prevenção da violência**. Rio de Janeiro: Fundação Getulio Vargas, 2020.

CERQUEIRA, Daniel Ricardo de Castro. **Atlas da Violência 2021**. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA); Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP), 2021.

GALTUNG, Johan. **Peace by Peaceful Means: Peace and Conflict, Development and Civilization**. London: Sage Publications, 1996.

GALTUNG, Johan. **Violence, Peace and Peace Research**. *Journal of Peace Research*, v. 6, n. 3, p. 167-191, 1969.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2019.

GOLDSTEIN, Herman. **Problem-Oriented Policing**. Philadelphia: Temple University Press, 1990.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Vozes, 2021.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Violência e saúde**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2006.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE (OMS). **World report on violence and health**. Geneva: World Health Organization, 2022.

PARÁ (Estado). **Polícia Militar do Estado do Pará. Documentos institucionais sobre o Grupamento de Prevenção Ativa (GPA)**. Belém: PMPA, 2023. 20

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar de. **Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico**. 2. ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

SAPORI, Luís Flávio. **Segurança pública no Brasil: desafios e perspectivas**. Rio de Janeiro: FGV, 2016.

SECCHI, Leonardo. **Políticas públicas: conceitos, esquemas de análise, casos práticos**. 2. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2013.

SKOLNICK, Jerome H.; BAYLEY, David H. **Policamento comunitário: questões e práticas através do mundo**. São Paulo: Edusp, 2006.

SOARES, Luiz Eduardo. **Segurança pública: presente e futuro**. São Paulo: Contexto, 2021.

TROJANOWICZ, Robert; BUCQUEROUX, Bonnie. **Community Policing: How to Get Started**. Cincinnati: Anderson Publishing, 1994.